

Das Primeiras Ocupações à Criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros

Luanna de Souza Ribeiro ¹, José Luiz de Andrade Franco ²

RESUMO

A criação de um Parque Nacional é um processo complexo, que envolve diferentes instâncias e múltiplos interesses. Compreender como se deu o processo de delimitação territorial e de criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em 1961, é o foco do presente artigo. A pesquisa trata de um tema ainda pouco explorado pela história ambiental brasileira: a história dos parques nacionais. Ela se baseia, sobretudo, em fontes primárias do período de 1858 a 1961, inexploradas ou pouco exploradas, acerca dos processos socioeconômicos e políticos implicados na criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. A conclusão do artigo indica uma certa permeabilidade aos argumentos relacionados à criação de parques nacionais, quando do estabelecimento do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, mas uma estrutura ainda muito incipiente para a sua implementação.

Palavras-chave: história ambiental, história de Goiás, política ambiental, cerrado, áreas protegidas, Chapada dos Veadeiros.

¹ Mestre em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília. Especialização em Sociobiodiversidade e Sustentabilidade no Cerrado. ORCID: 0000-0003-4016-1688. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6293388144946645>. E-mail: luanna.s.ribeiro@gmail.com

² Professor Associado, Departamento de História da Universidade de Brasília / Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. ORCID: 0000-0001-6772-6234. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0168114829646424>. E-mail: jldafranco@gmail.com

Quando visitamos um Parque Nacional e nos maravilhamos com a sua beleza natural, dificilmente nos damos conta dos percalços enfrentados durante o processo de sua criação e implementação. A utilização e o controle de um determinado território é um aspecto tão ubíquo na natureza que permeia toda a intrincada teia da vida, ao logo de toda a evolução biológica. Os seres humanos, ainda que produtos e produtores de cultura, não escaparam dos conflitos e disputas territoriais, com outras espécies e no âmbito da própria espécie. A criação de um Parque Nacional envolve questões relacionadas com a ocupação, o uso e o controle de um dado território e, conseqüentemente, todas as facetas ambientais, culturais, sociais e econômicas implicadas. É um processo complexo e que envolve diferentes instâncias e múltiplos níveis³.

Quem define qual uso será dado a determinada área? Quais são os conceitos e ideais que permeiam os diversos interesses envolvidos?

Essas indagações conduziram as pesquisas realizadas para a escrita do presente artigo, que tem como objetivo compreender como se deu o processo de delimitação territorial e de criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em 1961. Para tanto, foi necessário entender como se deu o processo de ocupação humana da região. Uma região isolada, caracterizada pelo poder público, em diferentes momentos, como “escabrosa”, de “decadência admirável” e “corredor da pobreza”, que se tornou, ao longo do tempo, conhecida pelos seus atributos naturais e pelo seu potencial turístico. Os caminhos e percalços percorridos pelos diferentes atores sociais, e porque não dizer também os ambientais, foram investigados até a criação do Parque Nacional.

As reflexões e os procedimentos de pesquisa adotados para a elaboração do artigo se inserem no âmbito da história ambiental, uma área do conhecimento relativamente recente e interdisciplinar. A história ambiental surge como disciplina nos Estados Unidos, no final dos anos 1960 e no início dos anos 1970. Donald Worster argumenta que a história ambiental se diferencia da história tradicional na medida em

³ Frederico Santos Soares Freitas, “Boundaries of Nature: National Parks and Environmental change at the Argentine-Brazilian Border, 1890-1990” (Tese de doutorado, Stanford University, 2016), <http://purl.stanford.edu/rv487dr7203>

que integra os aspectos políticos, naturais e culturais⁴. Worster (1991) focaliza três níveis de análise:

- i) **Natural:** natureza propriamente dita. Tanto os aspectos orgânicos quanto inorgânicos da natureza, inclusive o organismo humano;
- ii) **Cultura material:** domínio socioeconômico. As relações e os diversos modos que os povos criaram de produzir bens a partir de recursos naturais;
- iii) **Cultura mental:** interação mais intangível e exclusivamente humana, puramente mental ou intelectual. Valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação.

Essa visão é compartilhada por José Augusto Pádua (2010), que defende uma abordagem ampla e inclusiva da pesquisa histórica⁵. Sendo assim, não há que se reduzir a análise histórica ao biofísico, mas sim integrá-la às dimensões econômicas, culturais, sociais e políticas. José Augusto Drummond (1991), por sua vez, chama a atenção para o fato de que existem características metodológicas e analíticas que devem ser observadas na história ambiental, tais como: a identidade natural de uma área, que não necessariamente é a sua delimitação geográfica; o diálogo sistemático com as ciências naturais; o entendimento da utilização dos recursos naturais a partir da perspectiva humana e civilizatória (cultura) e a diversidade de fontes utilizadas, que vão desde documentos governamentais, etnografias, relatórios de pesquisa, relatos históricos até a pesquisa de campo do próprio historiador.

A presente pesquisa se ocupa, em diferentes graus, dos três níveis de análise propostos por Worster, ainda que um maior enfoque seja dado ao contexto socioeconômico e às representações da natureza envolvidas com o processo de criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. A abordagem teórica utilizada permitiu integrar os diversos níveis em um conjunto. De maneira geral, a organização da narrativa procurou ajustar os principais aspectos observados em um fluxo histórico.

⁴ Donald Worster, "Para fazer história ambiental" *Estudos Históricos*, v. 4, (1991): 198–215. Tradução de José Augusto Drummond.

⁵ Augusto Pádua, "As bases teóricas da história ambiental" *EcoDebate*, (2010).

A narrativa histórica foi construída, sobretudo, a partir de pesquisa em artigos de jornais e revistas da época. A coleta foi feita por meio da plataforma Hemeroteca Digital Brasileira (BNDigital), da Biblioteca Nacional. Foram utilizadas palavras-chaves como “Parque Nacional”, “Chapada dos Veadeiros” e variantes como “Chapada dos Viadeiros”, “Reserva natural Chapada dos Veadeiros”, bem como o nome de atores importantes como “Coimbra Bueno”, entre outros. A partir da coleta e leitura, foram selecionados 90 artigos, de diferentes jornais e localidades, que abrangem de 1858 até 1961. Foram coletados mapas da região de Goiás, do século XVIII ao XX, também disponíveis em seção específica na BNDigital. A limitação para esse método é a super-representação das vozes que possuem maior acesso aos meios de publicação e maior quantidade de fontes escritas para serem consultadas.

Outras fontes importantes foram os documentos originais legislativos e administrativos. Parte da legislação pôde ser encontrada nos arquivos digitais *online*, como o decreto de criação do Parque Nacional. Outros processos, não disponíveis *online*, foram solicitados diretamente no arquivo dos órgãos produtores, como a Assembleia Legislativa de Goiás; o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); o Ministério do Meio Ambiente (MMA); a Coordenação de Gestão da Informação Ambiental; e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Diferentemente de outras análises, essas fontes se apresentam aqui como fontes primárias e não como literatura “cinza”, uma vez que compõem o quadro histórico⁶.

Por fim, as fontes secundárias foram utilizadas para compor as lacunas ou para a consolidação de teorias e conhecimentos científicos. A experiência dos garimpeiros foi coletada pela leitura de livros compostos por compilados de entrevistas de antigos moradores da região, bem como narrativas diretas desses atores, como os ex-garimpeiros José Raimundo de Oliveira e Domingos Soares de Farias. Foram consultados, também, estudos das ciências naturais, sobretudo a respeito das fitofisionomias e da fauna da Chapada dos Veadeiros, bem como para o entendimento da teoria da Biologia da Conservação.

⁶ Fernando da Silva Camargo, *Tópicos úteis para principiantes no estudo da História*, 1ª Edição, (Pelotas, 2013).

Uma das limitações apresentadas para essa pesquisa é a parcial indisponibilidade de documentação governamental original e local. Sergio Brandt⁷ esclarece que isso ocorre pois não há no Brasil uma cultura de valorização de sua memória histórica. Pelo contrário, há uma desvalorização e um processo de perda intencional da memória institucional governamental e privada. Essa desvalorização implica em documentos perdidos ou destruídos ao longo do tempo e negligências como o incêndio do Museu Nacional do Rio de Janeiro e o incêndio do arquivo do Serviço Florestal. Quando da troca de instituições, muitas vezes ocorre também um esquecimento da história anterior de uma unidade de conservação⁸.

O artigo está dividido em 3 partes. A primeira será uma breve descrição do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV), da microrregião de mesmo nome e do bioma Cerrado. Em seguida, será feita a contextualização da ocupação humana e econômica na região. Essa parte abrangerá como se deu a ocupação e a utilização econômica da terra, passando da utilização nômade, para mineração e criação de gado. Por fim, será abordado o panorama político e as ideias sobre conservação da natureza que orientaram a criação do PNCV. Nessa última parte, se destaca o enfoque dado à atuação de Jerônimo Coimbra Bueno, idealizador e ator fundamental para a criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

ANTES DE TUDO, O PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS (PNCV)

O PNCV fica localizado na microrregião da Chapada dos Veadeiros. A Chapada dos Veadeiros é uma das 25 unidades fisiográficas⁹ da macrorregião do Brasil Central, também denominada Terras Altas do Tocantins. Com 21.337,58 km², fica localizada no nordeste do estado de Goiás, entre as latitudes 13° a 15° sul e longitudes 47° a 49° WGr (oeste) e apresenta as áreas de maior altitude de todo o bioma Cerrado, chegando a atingir 1.650m¹⁰. De clima tropical, apresenta heterogeneidade de habitats e fitofisionomias predominantes de cerrado *sensu stricto* e cerrado ralo. Com um total

⁷ Gestor público aposentado, que atuou em diversos processos relacionados com Unidades de Conservação no ICMBio, incluindo o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

⁸ Sergio Brandt, entrevista com o autor, 15 jun. 2020, via digital (Entrevista gravada e transcrita de 1h14min37seg)

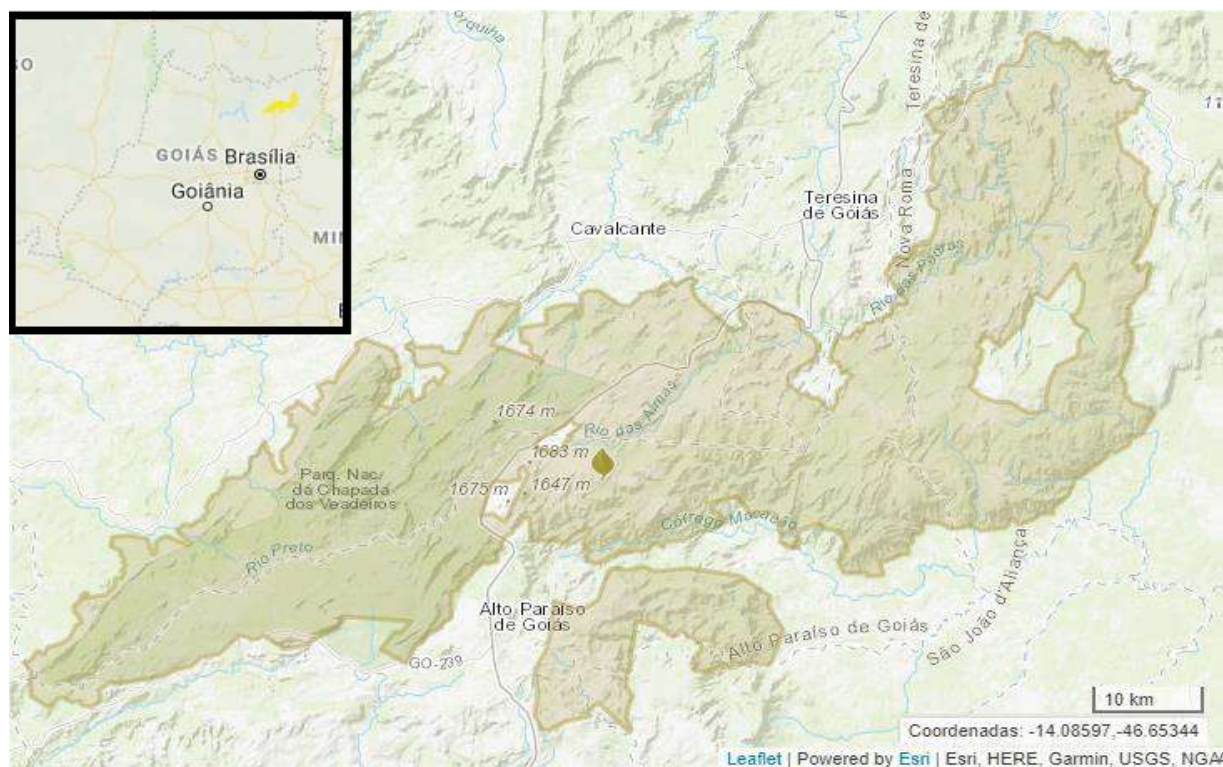
⁹ Divisão baseada nos aspectos biogeográficos. Essa divisão foi utilizada por Jeanine Maria Felfili, Alba Valeria Rezende e Manoel Claudio da Silva Júnior, Biografia do bioma cerrado: vegetação e solos da Chapada dos Veadeiros, (Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007).

¹⁰ Jeanine Maria Felfili, Alba Valeria Rezende e Manoel Claudio da Silva Júnior, Biografia do bioma cerrado: vegetação e solos da Chapada dos Veadeiros, (Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007).

de 62.656 habitantes, essa microrregião localiza-se ao norte de Brasília e é atualmente conhecida nacionalmente pelo ecoturismo e esoterismo. O turismo na região floresceu a partir da consolidação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros como atrativo natural, sobretudo a partir da década de 1990¹¹.

Atualmente, o PNCV tem 240.586,56 hectares demarcados e ocupa 0,62% do território do estado de Goiás. Abrange os municípios de Cavalcante, Alto Paraíso de Goiás, Nova Roma, Teresina de Goiás e São João da Aliança, além de estar próximo a Colinas do Sul, conforme Figura 1¹².

Figura 1. Cartograma de localização do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros com a área atual, de 240.586,56 hectares



Fonte: Site do Instituto Socioambiental (ISA), 2021. Sistema Esri, HERE, Garmin, USGS, NGA com adaptações da autora.

O Parque foi criado por suas belezas naturais e também com o objetivo de conservar porções naturais do bioma Cerrado¹³. O Cerrado é composto por 3 grandes

¹¹ Instituto Federal de Goiás, "Estudos Microrregionais. Estudos e pesquisas econômicas, sociais e educacionais sobre as microrregiões do estado de Goiás – Microrregião da Chapada dos Veadeiros", (2014), https://www.ifg.edu.br/attachments/article/493/microrregiao_chapada_dos_veadeiros.pdf

¹² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, "Panorama Goiás", (2021), <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/panorama>

¹³ Ver sobre as fitofisionomias do Cerrado Leo Waibel, *Capítulos de Geografia Tropical do Brasil*, (Rio de Janeiro: IBGE, 1979), e Aziz Ab'Saber, *Ecossistemas do Brasil*, (São Paulo: Metalivros, 2009).

formações vegetais: florestais, savânicas e campestres¹⁴. Cada uma dessas fitofisionomias possui suas espécies características e, portanto, todas devem estar representadas em áreas protegidas. O Cerrado é um bioma exclusivamente brasileiro e reconhecido como uma das maiores biodiversidades do mundo¹⁵. Porém, essa biodiversidade está ameaçada. O Cerrado já perdeu 46% da sua cobertura vegetal nativa e apenas 19,8% dela permanecia inalterada em 2010. Somente em 2020, o bioma perdeu 734.010 hectares de sua vegetação nativa, o que representa um aumento de 13,2% em relação a 2019. Por sua reconhecida biodiversidade e pelas grandes perdas de vegetação original, o Cerrado foi classificado como um dos *hotspots* mundiais^{16,17}.

O PNCV é uma relevante área de conservação do Cerrado e possui grande riqueza biológica, pois apresenta porções significativas de áreas não modificadas. No perímetro atual do PNCV, há a ocorrência de áreas extensas de cerrado *sensu stricto* e predominância de formações savânicas estacionais campestres (campo rupestre, limpo e sujo), além de áreas de cerrado rupestre, cerrado ralo, campo sujo, campo limpo, cerrado denso, veredas, matas de galeria, mata mesofítica e cerradão¹⁸. Os dados do *Atlas da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção em Unidades de Conservação*, de 2011, informam que o PNCV é a segunda unidade de conservação do bioma Cerrado com mais espécies ameaçadas registradas, totalizando 22 espécies nessa categoria. Ainda assim, após a sua criação em 1961, com 625 mil hectares, o Parque passou por sucessivas diminuições de sua área até a recente ampliação de 2017. Essas diminuições não são abordadas nesse texto, mas é abordado o processo de ocupação da região até o processo de criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros¹⁹.

¹⁴ Norman Myers, Russell Mittermeier, Cristina Mittermeier, Gustavo Fonseca e Jennifer Kent, "Biodiversity hotspots for conservation priorities", *Nature*, (2000), 403, 853–858, <https://doi.org/10.1038/35002501>

¹⁵ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ICMBio, "Relatório sobre o Estado de Conservação. Resposta do Brasil para a decisão do Comitê do Patrimônio Mundial – 35 COM 7bB.28", (2012).

¹⁶ Bernardo Strassburg, Thomas Brooks, Rafael Feltran-Barbieri, et al, "Moment of truth for the Cerrado hotspot", *Nature Ecology, Evol* 1, (2017), 0099, <https://doi.org/10.1038/s41559-017-0099>

¹⁷ Garcia, Rijk, Piotrowski e M. Key, "Cerrado Deforesters in 2020 linked to the Clearing of More Than 110,000 Hectares", *Chain Reaction Research*, (2021).

¹⁸ Daniel Gomes dos Santos Wendriner Loebmann, "Classificação fitofisionômica do cerrado no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, GO - aplicação de uma análise combinatória com filtros adaptativos em imagens TM Landsat" (Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 2008).

¹⁹ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ICMBio, "Plano de Manejo Parque Nacional Chapada dos Veadeiros", (Brasília: MMA, 2009).

OCUPAÇÃO PRÉ-COLOMBIANA E OS AVÁ-CANOEIRO

A região central do Cerrado passou por diferentes ocupações humanas ao longo de sua história ambiental. Os primeiros registros datam de 12.000 a 8.500 anos atrás. Esses primeiros habitantes eram majoritariamente caçadores-coletores nômades, que coexistiram e caçaram a extinta megafauna pleistocênica existente no Cerrado brasileiro²⁰.

Rodrigo Santos (2013) identificou 200 etnias indígenas na região do Planalto Central e adjacências, no período que vai do século XVII ao XIX. A maior parte desses grupos ocupantes da área que abrange Goiás, parte de Minas Gerais, Bahia, Maranhão e Piauí fazia parte da família linguística Jê (ou Gê)²². Os Goyá, que deram nome a Goiás, foram um dos primeiros grupos a desaparecer. Outras etnias eram: Caiapó, Coroadó, Carajá, Carajahi, Gradau, Xavante, Xerente, Canoeiro, Javaé, Acroá, Caraó, Xambioá, Aricobé, Naranguagé, Afoligé, Quirixá ou Crixá, Papapuá e Guapindõe²³.

Até o século XVIII, essas etnias possuíam a maior distribuição territorial no Cerrado. A sua utilização econômica da terra se dava majoritariamente pela caça de corrida, embosque de animais e coleta nômade. Devido ao nomadismo, a agricultura era praticada em menor escala e, por isso, a pressão pelo uso mais intensivo da terra era menor do que em outras etnias indígenas²⁴. Quando da chegada das primeiras incursões bandeirantes em Goiás, em 1722, a região era habitada por aproximadamente trinta nações indígenas, número que foi reduzido em quase dois terços até o final do século XIX²⁵. Na região próxima à Chapada dos Veadeiros, a principal ocupação se dava pelos Avá-Canoeiro e pelos Xerente, que ocupavam preferencialmente as regiões de mata dos rios Araguaia, Tocantins, Maranhão e Paranã, em Goiás e Tocantins²⁶.

²⁰ Comissão Brasileira do Programa Homem e Biosfera (COBRAMAB), "Relatório - RB CERRADO II", (Goiânia, 2000).

²¹ Laura Maria Goulart Duarte, *Tristes Cerrados: Sociedade e biodiversidade*, (Brasília: Paralelo 15, 1998).

²² Paulo Bertran, *História Da Terra e Do Homem Do Planalto Central: Eco-História Do Distrito Federal, Do Indígena Ao Colonizador*, (Brasília: Paidéia, 1999).

²³ A Informação Goyana, *Os autoctones de Goyaz se vão*, n. 00007A, (Goiás, 1918), 24.

²⁴ A Informação Goyana, n. 00004B, (Goiás, 1918), 60.

²⁵ Lorrane Gomes da Silva, "Singrar Rios, Morar em Cavernas e furar Jatóka: Resignificações Culturais, Socioespaciais e Espaços De Aprendizagens da Família Avá-Canoeiro Do Rio Tocantins", (Tese de Doutorado, Universidade Federal de Goiás, 2016), 331f.

²⁶ Rodrigo Santos, "O Gê Dos Gerais: Elementos de cartografia para a etno-história do Planalto Central Contribuição à antropogeografia do Cerrado", (Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 2013), 373f.

A partir da mineração e do avanço da ocupação bandeirante, vinda do leste e do sul do Brasil, esses povos remanescentes foram isolados ou retraíram-se para o norte e oeste brasileiros²⁷. Para os Avá-canoeiro que permaneceram, no entanto, a existência de conflitos com os habitantes locais foi um fator determinante para a sua quase dizimação. A origem desse conflito foi registrada como tendo início com um ataque a fazendas jesuítas em 1761. Esse ataque foi atribuído aos Avá-canoeiro e, a partir de então, foram destacados 800 homens para descer o rio Tocantins e dizimar uma comunidade de 2.000 Avá-canoeiro que viviam próximo a esse rio. Esse episódio levou a um escalonamento sucessivo dos conflitos e ficou conhecido como “o grande genocídio”. Pressionada pelos conflitos, essa etnia se separou em um grupo que se deslocou em direção ao Araguaia e desocupou a região da Chapada dos Veadeiros, nas décadas de 1960 e 1970. Os remanescentes do alto Tocantins, contabilizados em apenas quatro pessoas, permaneceram isolados até o início da década de 1980²⁸.

OCUPAÇÃO SOCIOECONÔMICA BANDEIRANTE E AURÍFERA

A partir do século XVI e XVII, ocorreram as primeiras incursões de não indígenas na atual região do Brasil Central. Essas incursões foram impelidas pela busca e exploração do ouro no Brasil. Em Goiás, a extração de ouro ocorreu, principalmente, entre 1726 e 1780, e utilizava mão-de-obra escrava²⁹. A partir do século XIX, os resultados da mineração de ouro se tornaram cada vez mais escassos. O isolamento das cidades goianas aumentou, na medida em que nenhum outro recurso natural oferecia as mesmas oportunidades de enriquecimento que o ouro, que além do alto valor era fácil de ser transportado. Devido a isso, o crescimento populacional de Goiás foi pequeno e pouco expressivo durante todo o período imperial. A agricultura de pequena escala era praticada para subsistência e a região central do Cerrado passou a ser ocupada para criação de gado³⁰.

Na Chapada dos Veadeiros e entorno, os dois principais povoamentos coloniais eram São Félix e Cavalcante. Foram fundados em 1736 e 1740,

²⁷ A Informação Goyana, n. 00010A, (Goiás, 1921): 80.

²⁸ “Avá-Canoeiro”, Povos Indígenas no Brasil, Instituto Socioambiental ISA, <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Av%C3%A1-Canoeiro>

²⁹ A Informação Goyana, 00007A, (Goiás, 1922), 54.

³⁰ David McCreery, *Frontier Goiás, 1822-1889*, (California: Stanford University Press, 2006).

respectivamente, para a exploração de ouro na região³¹. Nesse período foram atraídos garimpeiros vindos, em sua maioria, da Bahia, de Minas Gerais e de São Paulo. No entanto, o norte/nordeste de Goiás era isolado das regiões mais desenvolvidas, como Meia Ponte (atual Pirenópolis) e Vila Boa (atual Cidade de Goiás). As distâncias terrestres eram difíceis de serem percorridas e o abastecimento da região se dava de forma intermitente, por meio de transporte hidroviário, vindo do Pará. Ainda, não havia estradas de ferro e nem linhas de correio na região³².

Em relatório público da Câmara Municipal de Cavalcante, organizado por Francisco Almeida Curado, em 1886, a região foi descrita como “escabrosa, majoritariamente inabitável e de decadência admirável”. Com o declínio do ouro, as atividades exercidas eram a pecuária e a agricultura de pequena escala de milho, arroz, feijão, açúcar, café, mandioca e, posteriormente, trigo. Além da extração de salitre em Nova Roma. A estimativa era de que 6 mil pessoas viviam na vila de Cavalcante e nas freguesias de São Félix e Nova Roma. Com o pouco estímulo para a vinda de novos habitantes, a tendência era de diminuição desses números com o tempo³³.

A primeira menção ao nome “Chapada dos Veadeiros”, inicialmente grafada como “Chapada dos Viadeiros”, aparece na carta corográfica de 1836, juntamente com a marcação da estrada que leva até “Viadeiro”, possivelmente a antiga Fazenda Viadeiros. No início do século XX, a localização da Fazenda Viadeiros era no distrito de Moinho, Município de Cavalcante, que veio a originar a atual cidade de Alto Paraíso de Goiás³⁴. A criação de uma escola primária para os moradores da fazenda Viadeiros foi registrada somente em 3 de novembro de 1921 e a criação do município de Veadeiros foi feita décadas depois, pela Lei Estadual nº 808, de 12/10/1953³⁵. O nome Alto Paraíso de Goiás, também advindo de uma fazenda, veio a ser adotado na década seguinte, dois anos após a criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros³⁶.

³¹ Francisco Almeida Curado, *Província de Goyaz, Município de Cavalcante*. (Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1886): 182.

³² Correio Oficial, n. 00289, (Goiás, 1920), 3.

³³ Francisco Almeida Curado, *Província de Goyaz, Município de Cavalcante*. (Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1886): 182.

³⁴ Correio Oficial, n. 00289, (Goiás, 1920), 3.

³⁵ A Informação Goyana, “Escolas Singulares”, n. 00002A, (Goiás, 1922), 3.

³⁶ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, “Panorama Goiás”, (2021), <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/panorama>

Nesse período, também ocorreu a tentativa da inserção da cultura do trigo de larga escala na região da Chapada dos Veadeiros. Durante o século XIX, a produção já existia na região e foram exportadas 20 toneladas em 1862. No entanto, esses números eram considerados baixos e mesmo após as tentativas de retomada dessa política agrícola, durante a primeira década do século XX, não foi logrado sucesso expressivo. Em 1932, Nioae, inspetor agrícola de Goiás, relatou que a região era extremamente propícia para o cultivo de trigo, devido a sua baixa temperatura e que a região deveria se tornar um polo dessa produção, de forma a suprir toda a demanda brasileira³⁷. Em 1946, Emílio Póvoa, professor da Escola Normal Oficial, argumentava que a Chapada dos Veadeiros deveria se tornar o novo celeiro da produção de trigo e defendia a criação de uma colônia agrícola e uma escola rural na região³⁸.

Em geral, a ideia de conservar a natureza da Chapada dos Veadeiros ainda era largamente ignorada e a perspectiva predominante era a da utilização do território para a agricultura e para a pecuária. Esta última, por sua vez, contribuía com 58% da renda do estado de Goiás, que já se consolidava como um produtor de gado. Exemplo do pouco valor atribuído à paisagem natural e à conservação da natureza da região se encontra no relatório feito pela Comissão Agronômica de Estudos para Localização da Nova Capital, em 1954, que propunha a construção de redes de poços artesianos nas chapadas para que se pudesse aproveitar as águas subterrâneas para irrigação agrícola³⁹. Ainda seria feito um florestamento das áreas de campos como forma de modificação da “monótona” paisagem das chapadas⁴⁰.

TERRA DO CRISTAL E SEUS GARIMPEIROS

Uma das questões sociais polêmicas quando da instituição do PNCV foi o conflito com o interesse dos garimpeiros de cristal. A história do garimpo de cristal e de como ele se deu na Chapada dos Veadeiros será abordada a seguir.

Após o declínio da exploração do ouro em Goiás, cidades como Cavalcante e São Félix, que haviam sido fundadas em razão da atividade aurífera, passaram a ter no

³⁷ A Informação Goyana, “Colheita do trigo em Goyaz”, n. 00008B, (Goiás, 1933), 63.

³⁸ A Noite, “O trigo na Chapada dos Viadeiros”, n. 01010, (Rio de Janeiro, 1948), 21.

³⁹ A Noite, “Nasce uma capital no oeste brasileiro”, n. 010784, (Rio de Janeiro, 1942), 3.

⁴⁰ Correio da Manhã, “Mudança da capital”, n. 18477, (Rio de Janeiro, 1953), 4.

garimpo de cristal de rocha, a partir do final do século XVIII, uma alternativa para a geração de riquezas⁴¹. Porém, essa atividade só veio a se estabelecer de forma mais expressiva já no século XX⁴². Em 1903, foram registrados o transporte e venda de 21.954 kg de cristal de rocha, oriundos do estado de Goiás⁴³. Essas vendas, no entanto, ocorriam de forma intermitente, pois dependiam de demanda externa⁴⁴. Em 1915, por exemplo, não foi contabilizada nenhuma quantidade de venda de cristal pela Estrada de Ferro de Goyaz, que era por onde escoava a produção, em direção a Minas Gerais e São Paulo, para exportação pelo Porto de Santos⁴⁵⁴⁶.

Apesar da Chapada dos Veadeiros ser descrita como “uma montanha sem fim de depósito de cristais de rocha”, a produção passava por períodos de incerteza e desafios. Além da demanda intermitente do cristal, a região de Cavalcante distava quase 500 km até a estação mais próxima da Estrada de Ferro⁴⁷. Sendo assim, o transporte era oneroso e difícil, o que significava que apenas os cristais maiores, a partir de 1kg, compensavam o custo do transporte. Um jornal da época chegou a afirmar que o custo entre a Estrada de Ferro de Goyaz e o Porto do Rio custava, em cifras da época, 800 reis. Por sua vez, do Porto do Rio ao Porto de Kobe, Japão, o custo era de 600 reis⁴⁸. A demanda desse mineral flutuava de acordo com a demanda internacional. Os principais compradores, inicialmente, eram Hydar, na Alemanha, e Kobe, no Japão. O que explica um aumento da demanda até a primeira década do século XX e a diminuição e pausa durante o período da primeira guerra mundial (1914-1919). Após 1922, esses números passaram a se elevar novamente, chegando a contabilizar 226.250 kg de cristal exportados para o Japão, em 1931⁴⁹⁵⁰.

Na Chapada dos Veadeiros, o cristal de rocha era encontrado à flor da terra, ou seja, na superfície. Isso permitia a utilização de técnicas simples e que demandavam pouco equipamento especializado. Durante as décadas de 1930 e 1940, a maioria dos garimpeiros trabalhava em regime de meia praça. Nesse regime, o

⁴¹ A Informação Goyana, n. 00004B, (Goiás, 1918), 60.

⁴² David McCreery, *Frontier Goiás, 1822-1889*, (California: Stanford University Press, 2006).

⁴³ A Informação Goyana, “Análises de minérios de Goyas”, n. 00012A, (Goiás, 1919), 163.

⁴⁴ A Informação Goyana, “Riquezas nativas do norte de Goyas”, n. 00005, (Goiás, 1929), 36.

⁴⁵ A Informação Goyana, “Colheita do trigo em Goyaz”, n. 00008B, (Goiás, 1933), 63.

⁴⁶ A Informação Goyana, n. 00007A, (Goiás, 1922), 54.

⁴⁷ A Informação Goyana, “Análises de minérios de Goyas”, n. 00012A, (Goiás, 1919), 163.

⁴⁸ A Informação Goyana, “Riquezas nativas do norte de Goyas”, n. 00005, (Goiás, 1929), 36.

⁴⁹ A Informação Goyana, “Colheita do trigo em Goyaz”, n. 00008B, (Goiás, 1933), 63.

⁵⁰ A Informação Goyana, “Notas e Informações”, n. 00004A, (Goiás, 1932), 32.

resultado do garimpo era dividido entre o garimpeiro e o financiador, que adiantava a alimentação e o dinheiro para o trabalhador⁵¹. Como a exploração ocorria em maior parte nas áreas pertencentes ao estado de Goiás, não havia a cobrança do arrendamento de Terra por parte do governo estadual, à época administrado pelo interventor Pedro Ludovico, que apoiava essa produção⁵².

Com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, a demanda de cristal aumentou novamente. Dessa vez, alavancada pelos Estados Unidos, que passou a ser o principal comprador. Em declaração propagandista, o agrônomo Câmara Filho estimava que no ano de 1943 havia cerca de 17.000 garimpeiros divididos pelos 53 municípios de Goiás, que à época ainda incluía território do atual estado de Tocantins. Isso seria suficiente para suprir toda a demanda de cristal do mundo. O cristal era utilizado no maquinário de comunicação e de guerra, como rádios, televisão, telefonia, aparelhos de escuta, balística, de medida de detonação, instrumentos de precisão de laboratório e outros⁵³.

Impulsionada pelo aumento da demanda e inflação do preço do cristal, ocorreu uma nova corrida para extração e procura de novas jazidas maiores desse mineral. Na Chapada dos Veadeiros, foram encontradas jazidas de 120kg de cristal de rocha, o que rapidamente se espalhou e atraiu a vinda de novos garimpeiros de diferentes regiões do Brasil - da Bahia, Maranhão, Piauí, Pará, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Minas Gerais⁵⁴. No entanto, essa ocupação era volátil e relatos de moradores locais afirmam que os trabalhadores que chegavam, na esperança de “bamburrar”⁵⁵, garimpavam por algum tempo, mas não permaneciam na região, uma vez que a atividade era de alta periculosidade e de baixo retorno financeiro⁵⁶. A moradia era limitada e o transporte inexistente ou precário. Os garimpeiros precisavam carregar todo o material nas costas entre Veadeiros e Colinas. Para exemplificar, a distância entre o povoado e o garimpo do segredo era de 15 km, o que

⁵¹ A Manhã, “Há em Goyaz cristal de rocha para abastecer o mundo durante dezenas de anos, n. 00492, (Rio de Janeiro, 1943), 3.

⁵² Jornal de Notícias, “Teria saído de Goiás o minério atômico das bombas que arrasaram Hiroshima e Nagasaki”, n. 00320, (Goiás, 1958), 3.

⁵³ A Manhã, “Há em Goyaz cristal de rocha para abastecer o mundo durante dezenas de anos, n. 00492, (Rio de Janeiro, 1943), 3.

⁵⁴ Domingos Soares de Farias, *Minhas aventuras na Chapada dos Veadeiros*, (Goiânia: Kelps, 2009).

⁵⁵ Expressão local que significava o rápido enriquecimento oriundo do garimpo.

⁵⁶ José Raimundo de Oliveira, *História dos Garimpos de Cristal da Chapada dos Veadeiros*, (Goiânia: Kelps, 2009).

levava um dia inteiro para ser percorrido e se agravava enormemente no período de chuvas⁵⁷. Segundo o ex-garimpeiro José Raimundo de Oliveira:

“Com esta dificuldade, a falta de estrada, o povo seguia mesmo com este sofrimento...nesta vida difícil, umas travessiamizerave... uma temporada amargosa, sofrida e garimpeiro já sofrendo aqui [...] esperando bamburrar”⁵⁸

Uma boa parte dos garimpos se localizava na área que viria a se tornar o PNCV, nas proximidades do Rio Preto. Quando o PNCV foi criado, foram contabilizadas 34 jazidas em seu interior, entre garimpos e corrutelas. A primeira jazida registrada é a do Garimpinho, iniciada em 1911, a partir de explorações no primeiro salto do Rio Preto. Em 1912, foram encontradas jazidas maiores, que deram origem ao Garimpão. O Garimpão foi de grande importância para a região e chegou a sustentar cerca de 5.000 a 10.000 pessoas até a década de 1950, quando pegou fogo e suas atividades foram transferidas para a Baixa dos Veadeiros, atual vila de São Jorge⁵⁹. A Figura 2 apresenta de forma simplificada os garimpos e corrutelas que existiam na área ao redor da rodovia que liga Alto Paraíso à São Jorge (atual GO-239) e da rodovia que liga Alto Paraíso à Cavalcante (BR 010 e GO-118). Essas áreas viriam a se tornar o PNCV, em 1961.

Para melhor entendimento, a Figura 3 demonstra em software Google Earth a marcação das Rodovias GO-239 e GO-118, em linha preta. Para efeitos de demonstração, a atual demarcação do Parque foi mantida. No entanto, vale destacar que no momento de sua criação a área abaixo da Rodovia GO-239 também foi abarcada pelo Parque. Isso ainda será abordado de forma específica nesse texto e demonstrado na Figura 4.

A Baixa dos Veadeiros, ou Planada da Baixada, se tornou ponto de confluência, moradia e comércio entre os garimpeiros e a população de Colinas e Veadeiros (atual Alto Paraíso), a partir da década de 1950. Com a deflagração da guerra da Coreia, ocorreu novo aumento de demanda de cristal e nova leva de garimpeiros chegou. Nesse momento, estimava-se em torno de 3.000 pessoas vivendo na vila de São

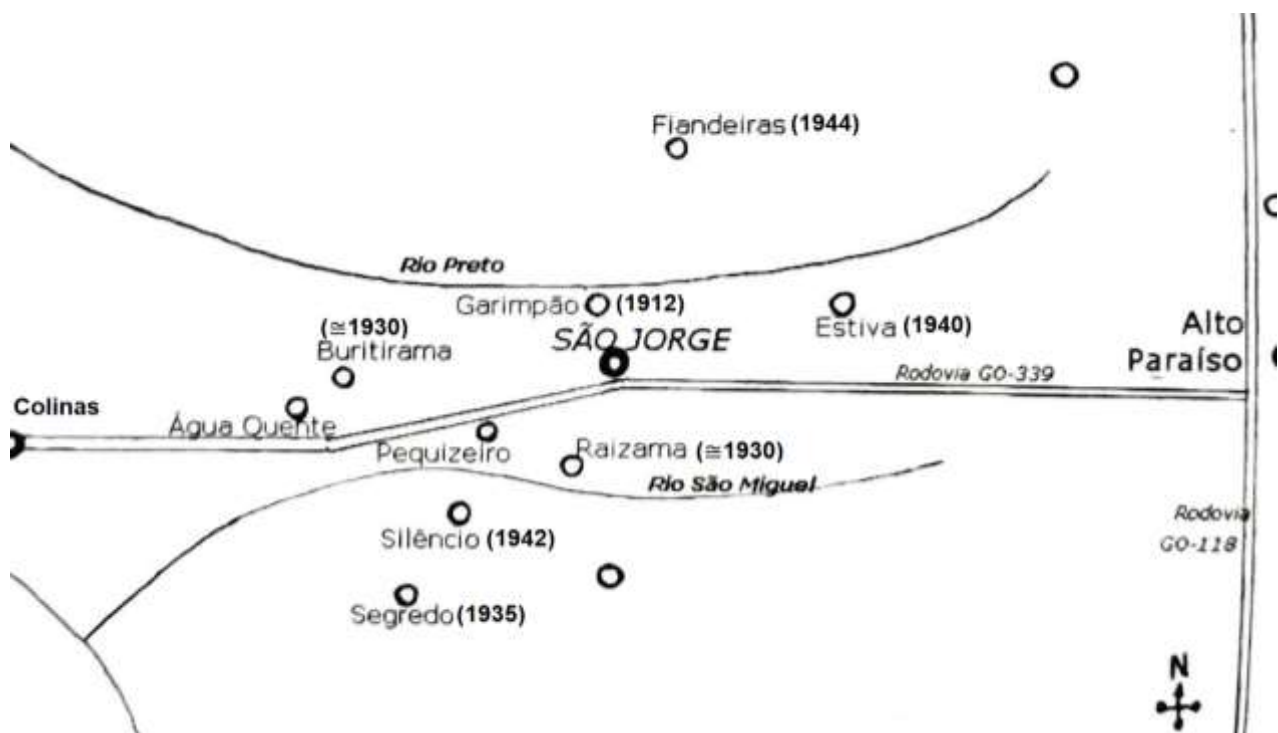
⁵⁷ Jorge Oliveira Monicci, *O Garimpo: Uma verdade sobre a Chapada dos Veadeiros*, 2. ed., (Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2019).

⁵⁸ José Raimundo de Oliveira. *História dos Garimpos de Cristal da Chapada dos Veadeiros*. Goiânia: Kelps, 2009.

⁵⁹ Pela proximidade com o Parque, a Vila de São Jorge atualmente é um dos destinos mais requisitados no turismo da Chapada dos Veadeiros, conjuntamente com Alto Paraíso e Cavalcante.

Jorge⁶⁰. Foi o período de chegada e estabelecimento de figuras icônicas locais, como o seu Claro Machado, da vendinha. Esse crescimento, no entanto, não perdurou indefinidamente. Com a criação do cristal sintético, a partir de 1958, ocorreu uma queda acentuada do preço e da demanda dos cristais, o que se implicou no deslocamento de parte dos que trabalhavam no garimpo para a construção de Brasília, provocando o esvaziamento da região ⁶¹.

Figura 2. Garimpos registrados na proximidade de São Jorge, com datas de fundação.



*Não foram encontradas as datas de Pequizeiro e Água quente

* Na fonte original consta Rodovia GO-339. No entanto, é a atual GO-239

Fonte: História dos Garimpos de Cristal da Chapada dos Veadeiros, adaptado pelos autores, com inserção das datas

⁶⁰ Jorge Oliveira Monicci, *O Garimpo: Uma verdade sobre a Chapada dos Veadeiros*, 2. ed., (Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2019).

⁶¹ José Raimundo de Oliveira. *História dos Garimpos de Cristal da Chapada dos Veadeiros*. Goiânia: Kelps, 2009.

Figura 3. Demarcação do Rio Preto, de Alto Paraíso de Goiás e de São Jorge em relação à rodovia GO-239 e a rodovia GO-118. Para simples contexto, foram mantidos os atuais limites do PNCV, em amarelo.



Fonte: Marcação dos autores em software Google Earth 7.3.3.7786, com shapefiles do PNCV disponibilizado pelo Instituto Socioambiental, Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas, em agosto/2019.

O PENSAMENTO SOBRE A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA NO BRASIL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

A primeira proposta de criação de um Parque Nacional no Brasil foi em 1876, do engenheiro André Rebouças. Esse Parque seria localizado em Goiás, abrangendo o Rio Araguaia e o Rio Tocantins. Porém, nesse momento, não existia capilaridade suficiente para essa ideia e o primeiro Parque Nacional brasileiro – o Parque Nacional do Itatiaia – foi criado apenas em 1937, no Rio de Janeiro. A criação desse parque e de mais dois, em 1939, Serra dos Órgãos e Iguaçu, foi possível devido à intensificação das preocupações com a proteção da natureza no Brasil, sobretudo com uma geração de cientistas, intelectuais e funcionários públicos atuante no período 1920-1940. O grupo preocupado com a proteção da natureza tinha vinculação com instituições como o Museu Nacional do Rio de Janeiro, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, o Instituto Oswaldo Cruz, o Instituto Butantã, o Museu Paulista e o Instituto de Botânica de São Paulo⁶². Defendia a necessidade de atuação por parte de um Estado forte, aconselhado por cientistas e intelectuais, para promover o uso racional dos recursos naturais e a

⁶² José Luiz de Andrade Franco, José Augusto Leitão Drummond. O cuidado da natureza: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil: 1958-1999. Textos de História, volume 17, n 1, pgs. 59-84, 2009.

preservação de áreas naturais, da flora e da fauna nacionais⁶³. Desse modo, o pensamento sobre a proteção da natureza se alinhava com um ideal de fortalecimento da nação e da identidade nacional, que marcou o ideário político da época.

Em Goiás, um dos primeiros a defender a proteção e valorização da natureza, especialmente da natureza local, foi Henrique Dias, fundador e diretor da revista “A Informação Goyana”, publicada de 1917 a 1935. Nessa revista, de cunho informativo e científico, Dias buscava demonstrar a importância das riquezas do Brasil Central e a necessidade de valorização e proteção das áreas de vegetação nativa, que já sofriam com o desmatamento imprevidente para a criação de gado e para a realização de uma agricultura improdutiva e destrutiva, segundo ele. Criticava, também, o desprezo da ciência para com os conhecimentos indígenas e sertanejos⁶⁴, uma vez que esse conhecimento poderia enriquecer a biologia e a ciência histórica-natural. Ele defendia a promulgação imediata de um Código Florestal (até então inexistente) e a atuação de um Estado com espírito nacionalista e estratégico. Esses debates, no entanto, ocorriam em esferas específicas e a população em geral não possuía acesso ou interesse pelo tema da proteção da natureza. Porém, ao longo do tempo, sobretudo a partir dos anos 1950, os debates sobre a criação de parques ganharam tração no cenário político nacional, especialmente por meio de propostas para a criação de um parque na Ilha do Bananal e de um parque no Xingu, que envolviam questões socioculturais e econômicas⁶⁵.

Outro importante fator para incrementar o debate sobre e as ações para a proteção da natureza no Brasil foi a criação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), em 1958. A FBCN foi criada com o intuito de difundir uma mentalidade conservacionista entre os brasileiros. Priorizava uma atuação pragmática junto ao poder público, visando o estabelecimento de áreas de proteção natural, que possuíssem valor científico, histórico e/ou estético. Um importante ponto a se destacar é que o engenheiro Jerônimo Coimbra Bueno, senador por Goiás de 1956 a 1963, um dos membros fundadores da FBCN, foi o seu presidente entre 1960 e 1966. Isso representou um fortalecimento das ações para a conservação

⁶³ Correio da Manhã. Correio Agrícola - Bate-papo com os leitores - Coelho Neto e as florestas. Rio de Janeiro, 1959, n. 20329, p. 4.

⁶⁴ A expressão original utilizada por Dias é “autóctones” e “mézinheiros do sertão”.

⁶⁵ Marcia Helena Lopes. A história da criação do Parque Nacional do Araguaia: disposições e motivações relacionadas com a conservação da natureza (Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Brasília, 2019, 217p.)

da natureza junto ao legislativo. Coimbra Bueno era também amigo pessoal de Juscelino Kubitschek e foi figura chave para a construção de Brasília⁶⁶. A proximidade de Coimbra Bueno com o poder e a capacidade de influenciar as decisões políticas contribuíram fortemente para a criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

Coimbra Bueno já havia tentado criar o Parque da Chapada dos Veadeiros no último dia do seu incompleto mandato como governador de Goiás, em 30 de junho de 1950. A justificativa dessa proposta, de nº 767/1950, era a de que a região se localizava em um dos altiplanos mais elevados do país, onde poderia ser demarcada uma grande reserva com belos panoramas, matas virgens e exemplares únicos de fauna e flora. Além disso, tinha o objetivo de fomentar o turismo de natureza no Brasil Central como uma forma de alavancar a economia local⁶⁷. Para ele, a região da Chapada dos Veadeiros deveria ser vista como um potencial de atração de brasileiros e estrangeiros interessados em turismo de natureza e também para o influxo de estrangeiros oriundos de países que sofreram com as guerras, para morarem e prosperarem praticando o cultivo de trigo. Defendia uma larga área de preservação da fauna e da flora do Planalto Central, que incluiria até a planície amazônica da região do Tocantins. Essa visão, no entanto, não foi bem aceita pelo legislativo de Goiás, que considerou o projeto pouco oportuno e que a possibilidade da União destinar áreas aos fins propostos eram remotíssimas, culminando no arquivamento da proposta⁶⁸.

Coimbra Bueno ostentava como bandeira central de sua atuação política, desde 1937, a vinda da capital federal para o Brasil Central. Essa demanda é que o aproximou do presidente Juscelino Kubitschek. Defendia que a construção de Brasília era necessária para a integração do interior ao restante do país, alegando ser esse um apelo nacionalista, visando a redenção do Brasil⁶⁹. Tratava-se, portanto, do desenvolvimento nacional, incluindo uma longa rede de hidrovias que integrassem todo o território brasileiro, tendo a nova capital como coração. O argumento de que junto com o desenvolvimento e como parte dele devia ser garantida a proteção de

⁶⁶ Correio da Manhã. Anteprojeto de conservação da natureza já está pronto e vai ser discutido. Rio de Janeiro, 1958, n. 20023, p. 1.

⁶⁷ Governo Estadual de Goiás. Constitui reservas naturais na Ilha do Bananal e na Chapada dos Veadeiros e dá outras providências. Projeto de Lei. Processo 88. Goiânia, 1950

⁶⁸ A Noite. Para o desenvolvimento do Brasil central. A Noite, Rio de Janeiro, 1949, n. 13364, p. 3.

⁶⁹ Wilton Araújo Medeiros. Coimbra Bueno. Apontamentos iniciais sobre uma trajetória profissional. URBANA, V.5, nº 7, out. - Dossiê: Urbanistas e Urbanismo: a escrita da história. CIEC/UNICAMP, 2013.

áreas de grande beleza cênica e que abrigassem a flora e a fauna nativas foi um dos pontos centrais utilizados por Coimbra Bueno para defender a criação tanto do PNCV, como de mais dois parques nacionais, Araguaia e Emas⁷⁰.

As propostas de Coimbra Bueno eram ousadas. Quando da sua participação na Comissão da Localização da Nova Capital, construiu um aeroporto na Chapada dos Veadeiros para servir de acampamento da Comissão e chegou a declarar que aquela localidade seria possivelmente a região da futura capital. Isso implicou em uma maior visibilidade para a região, que era conhecida apenas pelos estudos anteriores do relatório de mudança da capital, feito pela Comissão Cruels, em 1894⁷¹. A projeção do Brasil no cenário internacional era outra preocupação de Coimbra Bueno. Além da atração de estrangeiros para a região central, ele defendeu a criação do primeiro curso de Relações Internacionais no Brasil, a ser ministrado pela Organização das Nações Unidas (ONU), cuja sede se localizaria na Chapada dos Veadeiros⁷²⁷³. Ainda que isso não tenha vindo a ocorrer efetivamente, esse argumento demonstrou-se relevante para a criação do PNCV.

Coimbra Bueno foi incansável na defesa de criação de reservas naturais, como senador e presidente da FBCN. Ele argumentava que, depois da construção de Brasília, a maior prioridade seria a criação de parques nacionais de grande extensão na região central do Brasil e nos estados amazônicos. Para ele, a região de Veadeiros deveria ser priorizada, pois a interiorização da capital federal ocorreria um grande processo de desapropriação e especulação imobiliária na região, que deveria ser controlado pela atuação da União⁷⁴.

AFINAL, A CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL

A especulação imobiliária a partir da construção de Brasília, a importância da conservação da natureza e a vinda da sede da ONU foram sintetizadas e expostas em Ofício a ser enviado para o Presidente Juscelino Kubitschek, em 01 de dezembro de 1960. O Ofício 96/1960, oriundo da Fundação Coimbra Bueno pela Nova Capital do

⁷⁰ Correio da Manhã. Ensino - Noticiário - Festa da Árvore. Rio de Janeiro, 1948, n. 17016, p. 16.

⁷¹ A Noite. O Rio Tocantins na ligação norte-sul do País. A Noite, Rio de Janeiro, 1947, n. 12696, p. 7.

⁷² Correio da Manhã. A futura capital do Brasil. Rio de Janeiro, 1948, n. 16920, p. 2.

⁷³ Correio da Manhã. O caso da fotografia repercute no Senado - Outros assuntos. Rio de Janeiro, 1958, n. 20055, p. 7.

⁷⁴ Correio da Manhã. Tópicos e notícias - A ilha ameaçada. Rio de Janeiro, 1960, n. 20599, p. 6.

Brasil, presidida por Jerônimo Coimbra Bueno e seu irmão Abelardo Coimbra Bueno, argumentava em favor da criação imediata do Parque Nacional do Tocantins, localizado na Chapada dos Veadeiros⁷⁵. O nome se devia à grande extensão do parque, delimitado a oeste pelo Rio Tocantins e abrangendo o Planalto Central até a Planície Amazônica. Entre os argumentos para a criação do parque, estava a existência de conversações entretidas entre a Fundação Coimbra Bueno e a administração da ONU, para que a sede deste Organismo Internacional fosse localizada na Chapada dos Veadeiros. Isso colocaria o Brasil em uma posição mais favorável e influente na Assembleia das Nações Unidas, uma vez que a conservação da natureza era um tema emergente no debate internacional. Para tanto, seria necessário a implantação de políticas conservacionistas na região, sobretudo para evitar a especulação imobiliária provocada pela construção de Brasília. Assim, a criação do Parque Nacional do Tocantins era necessária para a preservação dos excepcionais valores naturais da região da Chapada dos Veadeiros⁷⁶.

A influência dessa carta-ofício fica evidenciada na medida em que, no mês seguinte, foi assinada pelo presidente da república, Juscelino Kubitschek, a criação do Parque Nacional do Tocantins, na região da Chapada dos Veadeiros. Essa criação se deu no dia 11 de janeiro de 1961, por meio do decreto presidencial nº 49.875. Isso indica que o decreto foi assinado por “canetada”, ou seja, sem a discussão legislativa formal. No decreto, não há menção numérica e sim limites de acordo com as margens dos rios. Atualmente, é considerado pelo ICMBio que o parque foi criado com 625 mil hectares. No decreto consta que os objetivos de sua criação eram: a proteção das cabeceiras dos formadores do rio Tocantins; a proteção dos campos rupestres das partes altas, cerrados e matas ciliares; e a conservação das áreas de Planalto de Altitude no território de Goiás⁷⁷.

Para fins de visualização, os contornos da demarcação de sua criação estão demonstrados abaixo. Marcados nas pontas extremas da imagem estão os limites latitudinais e longitudinais fisiográficos da Chapada dos Veadeiros, segundo classificação do RadamBrasil (1982), disponível na figura 3.

⁷⁵ Esse nome se dava devido ao Rio Tocantins e não ao estado de Tocantins, que foi criado apenas em 1988.

⁷⁶ Coimbra Bueno. Sugestão para a criação imediata do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Ofício 96. Rio de Janeiro, 1960

⁷⁷ Governo Federal do Brasil. Decreto Nº 49.875, de 11 de Janeiro de 1961. Cria o "Parque Nacional do Tocantins", no Estado de Goiás e dá outras providências. Brasília, DF, jan. 1961.

Figura 4. Marcação da área de criação do Parque Nacional do Tocantins, com 625 mil hectares. Nas extremidades, a indicação das longitudes de limitação do território total da Chapada dos Veadeiros.



Fonte: Marcação dos autores em software Google Earth 7.3.3.7786, a partir da figura 3, retirada do Plano de Manejo PNCV, 2009.

Vale ressaltar, no entanto, que a criação do Parque Nacional do Tocantins não ocorreu em um contexto isolado e única e exclusivamente pela influência de Coimbra Bueno. Naquele momento, existia uma permeabilidade política aos argumentos pela criação de reservas naturais. A assimilação de um discurso conservacionista passava pela ideia da promoção do desenvolvimento nacional a partir da intervenção do Estado, com forte ressonância no ideário político desde a era Vargas. A ideologia desenvolvimentista do período Juscelino Kubitschek também atribuía ao Estado o papel de indutor do desenvolvimento. Nesse contexto, a conservação da natureza e a

criação de parques nacionais era associada aos ideais de modernização do Brasil e de um olhar voltado ao futuro. O estabelecimento de parques nacionais era vendido como prática característica de países modernos e desenvolvidos. O ano de 1961 foi um ponto de culminância dessa postura favorável aos parques nacionais, com a criação de vários deles pelo país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando da sua criação, o Parque Nacional do Tocantins foi subordinado à Seção de Parques e Florestas Nacionais do Serviço Florestal, situado no âmbito do Ministério da Agricultura. Ou seja, a gestão do parque ficava a cargo de uma pequena seção administrativa dentro do Serviço Florestal, que tinha pouca relevância no interior do Ministério da Agricultura. Ao contrário do processo atual, que possui diretrizes específicas para a criação de unidades de conservação e conta com a atuação direta do ICMBio, um órgão próprio para geri-las, a estrutura voltada para cuidar dos parques nacionais, na época, ainda era bastante incipiente.

O PNCV é um exemplo das dificuldades, até mais do que para a criação de parques nacionais, para a sua implementação. Não há registros de reuniões ou discussões com os moradores locais acerca da criação e da implementação do Parque Nacional do Tocantins e sobre quais seriam as repercussões para o seu modo de vida e produção. Infelizmente, essa limitação administrativa teve consequências para o processo de implementação do parque⁷⁸. A complicada situação fundiária foi outro aspecto que contribuiu para a dificuldade de implementação. Segundo boletim da FBCN, apenas 2.140 hectares do Parque Nacional do Tocantins eram efetivamente propriedade do Estado, em 1969⁷⁹.

Com a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), em 1967, a gestão dos parques nacionais começou a tomar formas mais delineadas, mas ainda marcada por enormes desafios e poucos recursos administrativos disponíveis. A gestão do Parque Nacional do Tocantins foi um desses desafios. As fragilidades administrativas e os problemas territoriais eram evidentes. Para a população local,

⁷⁸ Jornal do Brasil. Crise em Goiás. Rio de Janeiro, 1968, n. 00142, p. 29.

⁷⁹ FBCN. Boletim Informativo n°4. Serviço de Publicação do IBBD. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. 1969

mormente ignorada no processo de criação e não integrada no processo de gestão, a figura do parque apresentou-se, durante muito tempo, como uma intervenção indesejada e que não trazia nenhum benefício para o seu modo de vida ⁸⁰.

A consequência direta dessas questões foi a redução da área do parque em 90% nas duas décadas seguintes. Em 11 de maio de 1972, o presidente Emílio Garrastazu Médici publicou o decreto nº 70.492, pelo qual o Parque Nacional do Tocantins ganhou o nome atual de Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e foi reduzido para 171.924 hectares. Durante o governo de João Baptista Figueiredo, em 2 de julho de 1981, por meio do decreto nº 86.173, a área do PNCV foi novamente reduzida, chegando a apenas 60.000 hectares. Foi só com o passar do tempo, com a estruturação das instâncias de gestão da conservação da natureza no Brasil (IBAMA, ICMBio, MMA), com os avanços das ciências voltadas para a conservação, com uma maior integração e aceitação por parte dos habitantes do entorno do PNCV, com a sua implementação mais efetiva e o crescimento do afluxo de turistas, com a denominação como Patrimônio Natural da Humanidade em 2001, e com a mobilização da sociedade por intermédio de ONGs ambientalistas é que a área do PNCV pôde ser ampliada significativamente.

O PNCV foi ampliado por meio do Decreto s.n. de 5 de junho de 2017, que aumentou o seu tamanho para 240.611 hectares (Figura 1). A ampliação teve o objetivo de aumentar a representatividade de ambientes protegidos, garantir a perenidade dos serviços ecossistêmicos, contribuir para a estabilidade ambiental da região e proporcionar o desenvolvimento de atividades de recreação e ecoturismo. Este processo de ampliação foi complexo e estendeu-se por décadas. No entanto, não será aprofundado nesse texto, uma vez que suas alterações territoriais posteriores à criação serão abordadas em artigo específico. Conflitos e oportunidades relacionados com os diversos atores sociais presentes na Chapada dos Veadeiros continuam a ter desdobramentos. Dessa forma, o resultado dessa pesquisa é uma compreensão ampliada, a partir de fontes pouco exploradas, do processo político de criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

⁸⁰ Jornal do Brasil. Crise em Goiás. Rio de Janeiro, 1968, n. 00142, p. 29.

REFERÊNCIAS

- Aziz Ab'Saber, *Ecosistemas do Brasil*. São Paulo: Metalivros, 2009.
- A Informação Goyana. *Bibliographia Goyana*. Goiás, 1921, 00006A, p. 48.
- A Informação Goyana. *Cantiga do Valente*. Goiás, 1918, n. 00012A, p. 158.
- A Informação Goyana. *Colheita do trigo em Goyaz*. Goiás, 1933, n. 00008B, p. 63.
- A Informação Goyana. *Escolas Singulares*. Goiás, 1922, n. 00002A, p. 03.
- A Informação Goyana. *Notas e Informações*. Goiás, 1932, n. 00004A, p. 32.
- A Informação Goyana. *O Rio Araguaya*. Goiás, 1930, n. 00007, p. 56.
- A Informação Goyana. *Os autoctones de Goyaz se vão*. Goiás, 1918, n. 00007A, p. 24.
- A Informação Goyana. *Riquezas nativas do norte de Goyas*. Goiás, 1929, 00005, p. 36.
- A Informação Goyana. *Sumé*. Goiás, 1919, n. 000012A, p. 163.
- A Informação Goyana., Goiás, 1918, n. 00004B, p. 60.
- A Informação Goyana., Goiás, 1920, n. 00010a, p. 117.
- A Informação Goyana., Goiás, 1921, n. 00010A, p. 80.
- A Informação Goyana., Goiás, 1922, 00007A, p. 54.
- A Informação Goyana. *A dendroclastia no Brasil*., Goiás, 1918, n. 00008B, p. 97.
- A Informação Goyana. *A fundação da nova Capital*. Goiás, 1927, n. 00009, p. 66.
- A Informação Goyana. *Analyses de minérios de Goyas*, Goiás, 1919, 00012A, p. 163.
- A Manhã. *Há em Goyaz cristal de rocha para abastecer o mundo durante dezenas de anos*. A Manhã, Rio de Janeiro, 1943, n. 00492, p. 3.
- A Noite. *Em organização o Instituto Brasil-Holanda*. A Noite, Rio de Janeiro, 1944, n. 11692, p. 6.
- A Noite. *Gráficos que ilustram*. A Noite, Rio de Janeiro, 1948, n. 01010, p. 21.
- A Noite. *Nasce uma capital no oeste brasileiro*. A Noite, Rio de Janeiro, 1942, n. 010784, p. 3.
- A Noite. *O Rio Tocantins na ligação norte-sul do País*. A Noite, Rio de Janeiro, 1947, n. 12696, p. 7.
- A Noite. *O trigo na Chapada dos Viadeiros*. A Noite, Rio de Janeiro, 1948, n. 01010, p. 21.

A Noite. Para o desenvolvimento do Brasil central. A Noite, Rio de Janeiro, 1949, n. 13364, p. 3.

Augusto Pádua. *As bases teóricas da história ambiental*. EcoDebate, 2010.

Bernardo Strassburg, Thomas Brooks, Rafael Feltran-Barbieri, et al. Moment of truth for the Cerrado hotspot. *Nature Ecology, Evol* 1, 0099 (2017). <https://doi.org/10.1038/s41559-017-0099>

Coimbra Bueno. Sugestão para a criação imediata do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Ofício 96. Rio de Janeiro, 1960

Comissão Brasileira do Programa Homem e Biosfera (COBRAMAB). Relatório - RB CERRADO II. Goiânia, 2000.

Correio da Manhã. A futura capital do Brasil. Rio de Janeiro, 1948, n. 16920, p. 2.

Correio da Manhã. Anteprojeto de conservação da natureza já está pronto e vai ser discutido. Rio de Janeiro, 1958, n. 20023, p. 1.

Correio da Manhã. Correio Agrícola - Bate-papo com os leitores - Coelho Neto e as florestas. Rio de Janeiro, 1959, n. 20329, p. 4.

Correio da Manhã. Ensino - Noticiário - Festa da Árvore. Rio de Janeiro, 1948, n. 17016, p. 16.

Correio Da Manhã. F.B.C.N. já tem patrimônio inicial. Rio de Janeiro, 1959, n. 20299, p. 3.

Correio Da Manhã. Itatuitim, o "Pedra Dura", desconfia mas concorda.... Rio de Janeiro, 1952, n. 18033, p. 1.

Correio da Manhã. Mudança da capital. Rio de Janeiro, 1953, n. 18477, p. 4.

Correio da Manhã. O caso da fotografia repercute no Senado - Outros assuntos. Rio de Janeiro, 1958, n. 20055, p. 7.

Correio da Manhã. Tópicos e notícias - A ilha ameaçada. Rio de Janeiro, 1960, n. 20599, p. 6.

Correio Official. Correio Official, Goiás, 1920, 00289, p. 3.

Daniel Gomes dos Santos Wendriner Loebmann. Classificação fitofisionômica do cerrado no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, GO - aplicação de uma análise combinatória com filtros adaptativos em imagens TM Landsat (Dissertação de Mestrado em Geografia. Ed: Brasília: *Universidade de Brasília*, 2008)

David McCreery. *Frontier Goiás, 1822-1889*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2006.

Domingos Soares de Farias. *Minhas aventuras na Chapada dos Veadeiros*. Goiânia: Kelps, 2009.

Donald Worster. *Para fazer história ambiental*. Estudos Históricos, v. 4, p. 198–215, 1991.

Empresa Brasileira de Comunicação (EBC). Após ampliação, Parque da Chapada dos Veadeiros assegura título da Unesco, 2017. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-07/apos-ampliacao-parque-da-chapada-dos-veadeiros-assegura-titulo-da-unesco>.

FBCN. Boletim Informativo nº4. Serviço de Publicação do IBBD. *Jardim Botânico do Rio de Janeiro*. 1969

Fernando da Silva Camargo. Tópicos úteis para principiantes no estudo da História. 1ª Edição. Pelotas, 2013

Francisco Almeida Curado, F. A. Província de Goyaz, Municipio de Cavalcante. AN. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 112: 161-274, 1992. Rio de Janeiro, 1886, p.182

Frederico Santos Soares Freitas. Boundaries of Nature: National Parks and Environmental change at the Argentine–Brazilian Border, 1890–1990. 2016. (Stanford University, 2016) <http://purl.stanford.edu/rv487dr7203>

Garcia, Rijk, Piotrowisk, M. Key Cerrado Deforesters in 2020 linked to the Clearing of More Than 110,000 Hectares. *Chain Reaction Research*, 2021. <https://chainreactionresearch.com/wp-content/uploads/2021/03/Key-Cerrado-Deforesters-Linked-to-the-Clearing-of-More-than-110000-Hectares.pdf>

Governo Estadual de Goiás. Constitui reservas naturais na Ilha do Bananal e na Chapada dos Veadeiros e dá outras providências. Projeto de Lei. Processo 88. Goiânia, 1950

Governo Federal do Brasil. Decreto Nº 49.875, de 11 de Janeiro de 1961. Cria o "Parque Nacional do Tocantins", no Estado de Goiás e dá outras providências. Brasília, DF, jan. 1961. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-49875-11-janeiro-1961-389180-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 31 mar. 2021.

Goyaz. Carta corographica plana da provincia de Goiaz e dos julgados do Araxá e dezemboque da provincia de Minas Geraes: organizada pelo Brigadeiro Raimundo Jozé da Cunha Mattos governador das Armas de Goiaz para acompanhar o seus itinerários escritos em 1826 e publicados no anno de 1836. Rio de Janeiro: Lith. de V. Larée, 1836. http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart519697/cart519697.jpg.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. Panorama Goiás, 2021. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/panorama>

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ICMBio. Plano de Manejo Parque Nacional Chapada dos Veadeiros. MMA. Brasília, 2009.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ICMBio. Relatório sobre o Estado de Conservação. Resposta do Brasil para a decisão do Comitê do Patrimônio Mundial – 35 COM 7bB.28, s.l, 2012.

Instituto Federal de Goiás. Estudos Microrregionais. Estudos e pesquisas econômicas, sociais e educacionais sobre as microrregiões do estado de Goiás – Microrregião da Chapada dos Veadeiros, 2014 .https://www.ifg.edu.br/attachments/article/493/microrregiao_chapada_dos_veadeiros.pdf

Instituto Socioambiental. Povos Indígenas no Brasil ISA. Avá-Canoeiro, 2021. <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Av%C3%A1-Canoeiro>

Instituto Socioambiental. Povos Indígenas no Brasil ISA. Unidades de Conservação. Parna da Chapada dos Veadeiros. <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/1277>.

Jeanine Maria Felfili, Alba Valeria Rezende, Manoel Claudio da Silva Júnior. *Biografia do bioma cerrado: vegetação e solos da Chapada dos Veadeiros*. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 2007.

Jorge Luiz do Nascimento, Ivan Braga Campos. *Atlas da fauna brasileira ameaçada de extinção em unidades de conservação federais*. 2011.

Jorge Oliveira Monicci. *O Garimpo: Uma verdade sobre a Chapada dos Veadeiros*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2019.

Jornal de Notícias. Brasília. Goiás, 1958, n. 00354, p. 3.

Jornal de Notícias. Teria saído de Goiás o minério atômico das bombas que arrasaram Hiroshima e Nagasaki. Goiás, 1958, n. 00320, p. 3.

Jornal do Brasil. Crise em Goiás. Rio de Janeiro, 1968, n. 00142, p. 29.

José Augusto Leitão Drummond. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos históricos*, v. 4, n 8, p. 177–197, 1991.

José Luiz de Andrade Franco, José Augusto Leitão Drummond. O cuidado da natureza: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil: 1958-1999. *Textos de História*, volume 17, n 1, pgs. 59-84, 2009.

José Raimundo de Oliveira. *História dos Garimpos de Cristal da Chapada dos Veadeiros*. Goiânia: Kelps, 2009.

Laura Maria Goulart Duarte. *Tristes Cerrados: Sociedade e biodiversidade*. Brasília: Paralelo 15, 1998.

Leo Waibel. *Capítulos de Geografia Tropical do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

Lorrane Gomes da Silva. *Singrar Rios, Morar em Cavernas e furar Jatóka: Ressignificações Culturais, Socioespaciais e Espaços De Aprendizagens da Família Avá-Canoeiro Do Rio Tocantins*(Tese de Doutorado, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 331f, 2016).

Marcia Helena Lopes. A história da criação do Parque Nacional do Araguaia: disposições e motivações relacionadas com a conservação da natureza (Tese de Doutorado. *Universidade de Brasília*.Brasília, 2019,217p.)

Norman Myers, Russell Mittermeier, Cristina Mittermeier, Gustavo Fonseca, Jennifer Kent. Biodiversity hotspots for conservation priorities. *Nature* 403, 853–858, 2000. <https://doi.org/10.1038/35002501>

Paulo Bertran. *História Da Terra e Do Homem Do Planalto Central: Eco-História Do Distrito Federal, Do Indígena Ao Colonizador*. Brasília: Paidéia, 1999.

Rodrigo Santos. *O Gê Dos Gerais: Elementos de cartografia para a etno-história do Planalto Central Contribuição à antropogeografia do Cerrado*(Dissertação de Mestrado Profissional - Centro de Desenvolvimento Sustentável, UnB, Brasília, 373 f, 2013)

Sergio Brandt, entrevista com o autor, 15 jun. 2020, via digital (Entrevista gravada e transcrita de 1h14min37seg)

Wilton Araújo Medeiros. Coimbra Bueno. Apontamentos iniciais sobre uma trajetória profissional. *URBANA*, V.5, nº 7, out. - Dossiê: *Urbanistas e Urbanismo: a escrita da história*. CIEC/UNICAMP, 2013.

From the First Occupations to the Creation of the National Park Chapada dos Veadeiros

ABSTRACT

The creation of a National Park is a complex process, involving different instances and multiple interests. Understanding the process of territorial delimitation and the creation of the Chapada dos Veadeiros National Park, in 1961, is the focus of this article. The research deals with a theme still little explored by Brazilian environmental history: the history of national parks. The research is based mainly on primary sources from the period 1858 to 1961, unexplored or little explored, about the socioeconomic and political processes involved in the creation of the Chapada dos Veadeiros National Park. The conclusion of the article indicates a certain permeability to the arguments related to the creation of national parks when the Chapada dos Veadeiros National Park was established, but a structure that was still very incipient for its implementation.

Keywords: environmental history, Goiás history, Environmental policy, cerrado biome, protected areas, Chapada dos Veadeiros.

Recebido: 24/05/2021
Aprovado: 08/03/2022